



## **DIVERSIDADE INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: ESTUDO A PARTIR DA OFERTA EM UM POLO REGIONAL (IMPERATRIZ/MA)<sup>1</sup>**

Ana Clara Viana Correia<sup>2</sup>  
Emanuel Pacheco de Souza<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Historicamente, a educação superior surge no formato de universidades. Entretanto, ao longo de séculos, com a consolidação dos Estados Nacionais e a construção das respectivas burocracias, a educação superior vai ganhando aspectos próprios conforme as peculiaridades do seu contexto nacional. Neste processo temos ondas de expansão da educação superior que, via de regra, são acompanhadas de uma diversificação dos modelos de organização das instituições de educação superior. No caso do sistema de educação superior brasileiro temos uma implantação tardia, que inicia apenas no século XIX, com predomínio do modelo de escolas isoladas (faculdades). No século XX aparecem as primeiras universidades brasileiras e, a partir dos anos 1970, tem início um processo de massificação do sistema de educação superior. A evolução da legislação federal que regulamenta do setor educacional a partir dos anos 1960 induz a evolução e abre caminho para a diversificação do sistema com uma polarização entre um setor de educação superior público (federal, estadual e municipal) e um setor privado que se desdobra em outros formatos, com instituições com e sem fins lucrativos. Este estudo é fruto do projeto “perfil das avaliações institucionais na educação superior, um estudo sobre os relatórios de autoavaliação institucional” (PIBIC/UEMASUL) e avalia a diversidade institucional não apenas em seus aspectos históricos e no desenho que a estrutura do sistema de educação superior assume no Brasil, mas também como ela se torna concreta na oferta de vagas de educação superior em um território específico, a cidade de Imperatriz/MA, segunda maior cidade do Maranhão e um polo que projeta sua influência na parte sul do Maranhão, norte do Tocantins e sudoeste do Pará com seu comércio, indústria e oferta de serviços, em especial a oferta de educação superior.

**Palavras-chave:** Diversidade institucional, Universidades brasileiras, Dualidade público/privado.

### **INTRODUÇÃO**

O formato das modernas universidades nasce na Europa com uma acomodação do ensino das chamadas artes liberais numa instituição organizada pela igreja que depois também acomodaria a educação das crianças com o sistema de colégios. No entanto, se este último é

---

<sup>1</sup>Esta pesquisa partiu do programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica -PIBIC- da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL.

<sup>2</sup> Graduando do Curso de pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, [anacorreja.20200001257@uemasul.edu.br](mailto:anacorreja.20200001257@uemasul.edu.br), Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0671-3744>;

<sup>3</sup> Professor de sociologia no Centro de ciências humanas, sociais e letras da Universidade Estadual do Maranhão – CCHSL, [emanuel@uemasul.edu.br](mailto:emanuel@uemasul.edu.br), Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1862-8501>.

relativamente homogêneo, o destino do sistema de educação superior conheceu outra sorte, com a diversificação dos modelos institucionais que os países foram adotando em função do advento de novas concepções educativas, mediadas pelo caráter nacional de cada país (CHARLE e VERGER, 1996, p. 42). Por isso temos sistemas nacionais de educação superior típicos; por exemplo, nos Estados Unidos o modelo é caracterizado pela liderança de um pequeno número de grandes instituições privadas que estabelecem padrões de excelência e disputam investimentos públicos e privados para seus programas de pesquisa, formando uma relação próxima com setores econômicos que esperam obter aplicações dos trabalhos realizados nestas instituições (MORAES, 2015).

O sistema brasileiro de educação em geral e o sistema de educação superior em particular teve uma implantação tardia e de certa forma sua nacionalização ainda está em curso. Todavia, este processo segue por caminhos variados que se fundam em um desenho institucional aberto à diversificação. Anísio Teixeira (1989) afirma que na primeira metade do século XX o sistema de educação superior brasileiro estava afastado da pesquisa, com o modelo de faculdades ou escolas isoladas organizadas em torno da Cátedra e do saber personalizado de seus ocupantes, no geral um saber bacharelesco.

Segundo Cunha (2017) em 1931 temos um passo decisivo para a organização do sistema de educação superior com a promulgação de um Estatuto das universidades brasileiras. Este documento previa que o modelo universitário seria o modelo institucional padrão para a educação superior, porém aceitava os estabelecimentos isolados. De acordo com Sampaio (2014), este tema foi recorrente na legislação e demais normas de regulação do sistema de educação superior até a segunda Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, que retira qualquer menção a modelo preferencial para a organização acadêmica das instituições de educação superior, permitindo a existência de faculdades, centros universitários e universidades.

O presente estudo considera o tema da diversificação institucional da educação superior a partir de uma situação local, explorando as características da oferta de educação superior no município de Imperatriz/MA. Para tanto, retoma a evolução da regulação do sistema de educação superior e da concomitante diversificação institucional e em seguida avalia os dados da oferta na realidade social escolhida para a análise para investigar como esta diversidade institucional se apresenta concretamente.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa se apoia em estudo bibliográfico para caracterizar a evolução do sistema de educação superior e também uma análise específica de como a literatura sobre educação superior aborda o tema da diversidade institucional.

Em seguida apresentamos dados da oferta de educação superior na cidade de Imperatriz. Esta cidade se apresenta como um recorte relevante para o estudo do tema na medida em que é não apenas a segunda cidade do Estado do Maranhão, mas também um centro regional que projeta sua influência em toda a porção sul do Maranhão chegando a alcançar porções dos estados do Pará e Tocantins. Além disso, a oferta de oportunidade de acesso à educação superior é dos motivos para a influência regional de Imperatriz, pois que se trata de uma cidade com forte oferta de educação superior para os padrões regionais.

Os dados da oferta de educação superior em Imperatriz são tirados do sistema E-Mec que foram trabalhados num nível básico de análise exploratória com a finalidade de caracterizar aspectos da diversidade institucional da oferta na realidade estudada.

## **A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE**

A implantação tardia e uma polarização em torno um setor público e de um setor privado são características fundamentais do sistema de educação superior no Brasil. O primeiro aspecto diz respeito à dinâmica que os portugueses imprimiram à sua obra colonizadora. Ao contrário dos espanhóis, eles não transplantaram para o continente americano o sistema de instituições educacionais que havia no continente europeu (FERREIRA JÚNIOR, 2011).

Os jesuítas chegaram a implantar alguns cursos superiores de filosofia e teologia, mas foram encerrados em um clima de desconfiança entre Estado e igreja e universidade (CUNHA, 2000, p. 152). Essa experiência de cursos jesuítas não criou uma tradição e não é o embrião do sistema de educação superior que temos hoje, pois, segundo Cunha (2000, p 153):

As instituições de ensino superior atualmente existente resultaram da multiplicação e da diferenciação das instituições criadas ao início do século XIX, quando foi atribuído ao Brasil o status de Reino Unido a Portugal e Algarve. Ao fim do período colonial, o ensino superior sofreu, no Brasil, uma tardia refundação.



No entanto, Portugal estava sob a influência da França e Inglaterra, e não foram criadas universidades e sim cátedras isoladas de ensino superior. Este sistema se apoiou no tripé de “profissões imperiais” (COELHO, 1999): engenharia, medicina e direito, e isso não mudou muito até a República:

Durante todo o período imperial (1822-1889), o ensino superior ganhou mais densidade. Cátedras se juntaram em cursos que, por sua vez, viraram academias, mas o panorama não se alterou substancialmente (CUNHA, 2000, p. 155).

Todavia dois pontos precisam ser destacados, primeiro que entre 1808 a 1889 todo o ensino superior era estatal, só com a proclamação da república instituições de ensino superior privadas viriam a existir. Segundo que durante o Império não havia nem uma lei que impedisse a criação de universidades, todavia, não havia base de apoio político para sua criação, especialmente pela ativa oposição dos positivistas, para quem esta instituição era um centro de pensamento “metafísico”, e, por isso, um espaço não adequado a formação cultural do país (CUNHA, 2000, p. 156).

A proclamação da república em 1889 trouxe consigo um debate a respeito da questão educacional que tinha implicações sociais, pois dizia respeito às ambições de sofisticação da legitimação da dominação das elites e de expectativa de ascensão para camadas médias através do acesso à burocracia do Estado. De acordo com (CUNHA, 2000, p. 157):

Todo o processo de ampliação e diferenciação das burocracias pública e privada determinou o aumento da procura de educação secundária e superior, pelas quais se processava o ensino profissional necessário ao desempenho das funções que lhe eram próprias.

Segundo Cunha (2000, p. 157) liberais e positivistas se uniram em torno do tema do “ensino livre”, o que criou as bases políticas para a uma primeira expansão do ensino superior, causada pela facilitação ao acesso e pela multiplicação de faculdades, mas não de universidades.

Um marco do ensino superior na república é o ano de 1891 que conheceu uma reforma educacional com medidas para fiscalizar, credenciar e regular o sistema levando a um grande crescimento que, de acordo com Sampaio (2014, p.45), permitiu a entrada de agentes do setor privado no setor, iniciando o persistente par de dualidade público/privado e diversidade institucional.

Foram criadas 27 escolas superiores entre a reforma de 1891 até 1910, o que significou um grande acréscimo de diplomados. Este fato produziu uma sensação de declínio do valor do diploma e como reação, na década de 1910 uma série de medidas foram tomadas criando



exigências para o ingresso, entre elas a necessidade de aprovação em exames vestibulares (CUNHA, 2000, p. 161).

Em 1925, nova reforma torna ainda mais seletiva a educação superior com a instituição do *numerus clausus*, pelo Decreto 16.782-A/1925, que condicionava a aprovação a certo número de vagas ofertadas, de maneira que a admissão era limitada pela ordem de classificação (CUNHA, 2000, p. 161).

A primeira universidade foi fundada em 1909 em Manaus/AM, porém, a Escola Universitária Livre de Manáos encerrou suas atividades em 1926, embora sua memória seja reenvidicada pela atual Universidade Federal do Amazonas - UFAM (TUFFANI, 2009). A partir da década de 1920 temos novas iniciativas de instituições universitárias, a começar pela URJ (Universidade do Rio de Janeiro) de 1920.

Segundo Cunha (2000, p. 163) estas instituições tinham uma governança bastante frágil e eram controladas diretamente pelo governo. O tema da autonomia começa a surgir com o Decreto 19.851 de 1931, que institui as principais diretrizes para a organização e estruturação do ensino superior.

## **A DIVERSIDADE INSTITUCIONAL**

O tema da diversidade institucional pode ser abordado a partir de diversos fatores:

[...]região geográfica, orientação religiosa no caso das instituições particulares confessionais antiguidade das instituições, cursos oferecidos e áreas do conhecimento abrangidas, qualidade do ensino segundo o sistema nacional de avaliação, tamanho dos estabelecimentos, titulação e contrato de trabalho dos docentes, dentre outras. (SAMPAIO, p. 45, 2013).

Entretanto, é a dualidade público/privado que demarca o tema no Brasil e as características que o sistema tomou com a massificação da educação superior. Esta dualidade se espelha também nos modelos de organização institucional da educação superior, pois, as grandes expansões do sistema passaram a acontecer a partir do setor privado que tipicamente assume uma organização institucional não universitária.

Sampaio (2013) sumariza a forma como a legislação que regulou a expansão do sistema de educação superior no Brasil abordou o tema dos modelos de organização institucional:



Quadro 1  
Ensino superior no Brasil, normas legais e modelos de organização institucional

Normatizações	Modelos de organização institucional			
	Faculdades isoladas	Universidades	Centros universitários; universidades especializadas	Institutos tecnológicos
Reforma educacional de 1931	–	Preferencialmente	–	–
LDB de 1961	–	Exclui “preferencialmente” do texto legal.	–	–
Reforma de 1968	Excepcionalmente	Preferencialmente	–	–
Constituição de 1988	–	Preferencialmente/ disciplina a autonomia para as universidades	–	–
LDB de 1996 + Decreto n. 2.207/97	Exclui “excepcionalmente” do texto legal.	Reconhece universidades especializadas	Instituídos	–

Fonte: Sampaio (2013, p. 46).

A reforma educacional de 1931 estabelece as regras para a organização de universidades a partir da congregação de ao menos quatro faculdades e, segundo Cunha (2007, p. 82) haviam 22 universidades brasileiras em 1964, sendo cinco delas instituições católicas sem fins lucrativos.

A partir desta reforma a legislação do setor circula em torno da promoção da universidade como modelo de organização padrão para a educação superior ou de tê-la como uma forma de igual prestígio com a forma de instituição isolada (ou faculdade) de acordo com processos sociais e políticos mais amplos que vão condicionando os espaços sociais de regulação do sistema.

Sampaio (2013, p. 44) diz que “desde os anos de 1970, quando se deu a primeira expansão do ensino superior, é o setor privado que vem liderando a oferta de vagas, cursos e instituições e matrículas.” Já Hey (2008) aponta que o ensino privado se expande na esteira de dificuldades produzidas no sistema público, especialmente de ordem financeira.

A Reforma Universitária de 1968 definiu um modelo para o ensino superior público a partir do tripé universitário que reúne as práticas de ensino, pesquisa e extensão ao mesmo tempo que assegurou o ensino livre à iniciativa privada, que embora tenha se mantido um setor organizado predominante na forma de faculdades, conheceu momentos (a partir da Constituição de 1988) de certa tendência para a organização de universidades privadas em razão de certas



vantagens na forma de autonomia para criação de cursos, por exemplo, com certas contrapartidas relativas a qualificação do corpo docente, regimes de trabalho e manutenção de cursos de pós-graduação, por exemplo (SAMPAIO, 2013, p.47).

A LDB de 1996 flexibilizou esta dualidade administrativas com a criação do modelo de Centro Universitário e autorizou o setor privado a assumir formas de jurídicas com fins lucrativos (até então o setor privado era formado por forma jurídicas sem fins lucrativos).

Caleffi e Mathias (2017) caracterizam os modelos admitidos pela legislação para o setor da educação da seguinte forma: Universidades com o seu tripé de ensino e com um corpo docente com doutores e com autonomia para criar cursos; as Faculdades focadas em áreas específicas, sem obrigação de produção de pesquisa e podendo se manter de forma isolada; os Centros de Educação Tecnológica: especializados nas áreas de engenharia e tecnologia; e Centros universitários, que não têm a exigência de uma grande produção de pesquisa e nem de manter um arranjo pluridisciplinar, e gozam do privilégio de poder criar cursos sem autorização do MEC, assim como as universidades.

Outros grandes marcos para o setor privado foi a Lei nº 9.870/1999, conhecida como Lei das S.A da educação, que abriu o setor privado para o setor financeiro autorizando as instituições de ensino superior a participarem das bolsas de valores; e a Lei nº 9.394 e o Decreto 9.057 de 1997 que iniciam a regulamentação do ensino a distância no Brasil, hoje completamente dominado pelo setor privado (CALEFFI, MATHIAS, 2017, p. 17).

Este é o cenário da diversidade institucional vigente no Brasil. Agora vamos avaliar como isto se torna concreto a partir do estudo da oferta de vagas na educação superior na cidade de Imperatriz.

## **A DIVERSIDADE INSTITUCIONAL EM IMPERATRIZ DO MARANHÃO**

Imperatriz do Maranhão é a segunda maior cidade do Maranhão com uma população estimada em 259.980 pessoas em 2021 e possui uma área de 1.369 km<sup>2</sup> e um centro regional que polariza uma ampla faixa territorial no sul do Maranhão e no norte do Tocantins e Sudoeste do Pará (NOGUEIRA, 2013).

A abertura da BR 010 (Belém-Brasília) é um ponto de inflexão na sua história dinamizando alguns ciclos econômicos do município apoiados em matérias primas, como



madeira, arroz, agropecuária, ouro, (FRANKLIN, 2008 apud. SOUSA, ARAUJO, p.8, 2014). A partir dos anos 1980 inicia uma transformação industrial e expansão de serviços dos quais a educação superior é um destaque:

Com o crescimento populacional da cidade, aumenta às necessidades nos mais diferentes setores dentre eles na educação superior, com a necessidade de implantar novos cursos diante da nova realidade educacional e ocupacional do município (SOUSA, ARAUJO, p.8, 2014).

A oferta de educação superior em Imperatriz inicia ainda nos anos 1970 quando a UFPR implanta atividades de extensão através do projeto Rondon que mais tarde daria origem ao Campus II da Universidade Federal do Maranhão e especialmente através da Fundação Universidade de Imperatriz, instituída pela prefeitura em 1973 e que seria transformada em Faculdade de Educação e ao final da década comporia a Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESMA) que seria transformada em Universidade Estadual do Maranhão em 1981 sendo a unidade de Imperatriz transformada em Centro de Estudos Superiores de Imperatriz (CESI) que seria o núcleo da Universidade Estadual da Região Tocantina (Uemasul), implantada em 2017. A partir dos anos 2000 a cidade também recebeu instituições particulares de educação superior (Facimp - 2001, Fest – 2003, Unisulma – 2004) e na década de 2010 chegaram cursos oferecidos na modalidade EAD especialmente (mas não exclusivamente) por instituições privadas<sup>1</sup>.

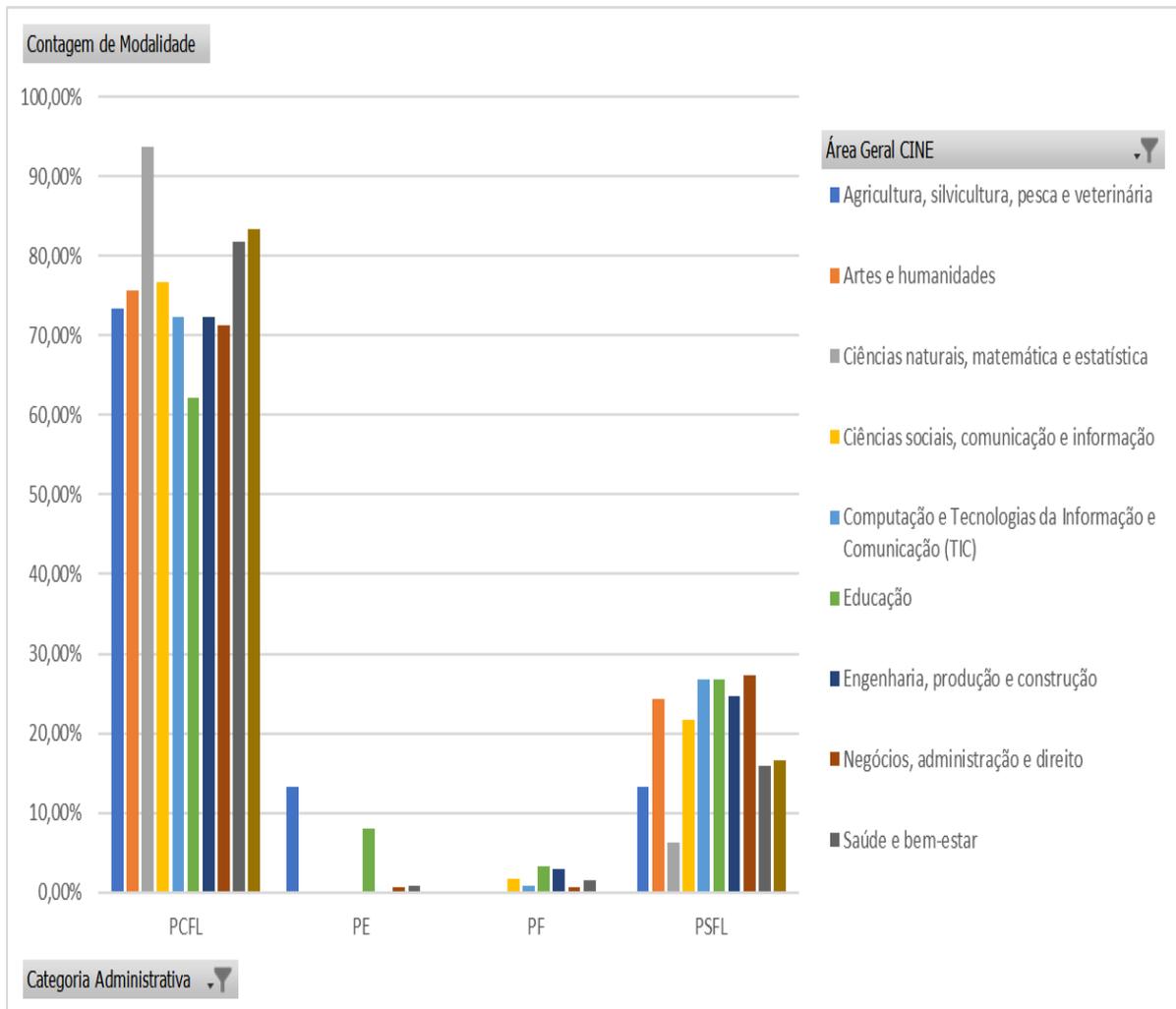
Para este trabalho nós avaliamos a oferta de vagas de educação superior a partir da diversidade institucional que patrocina esta oferta. Os dados da pesquisa foram coletados no sistema E-Mec e indicam que atualmente são ofertados 1.292 cursos por 51 instituições de diversos modelos institucionais. Para a apresentação dos dados vamos organizar estes modelos a partir das seguintes siglas: PFCL: Privada com fins lucrativos; PSFL: privadas sem fins lucrativos; PE: Pública Estadual e PF: Publica Federal.

A tabela a seguir tenta caracterizar a oferta de cursos agrupando-os segundo a parte geral da Classificação Internacional Normalizada da Educação Adaptada para Cursos de Graduação e Sequenciais de Formação Específica do Brasil (Cine Brasil).

---

<sup>1</sup> Os cursos oferecidos na modalidade EAD por instituições privadas são chamados na região de cursos “de institutos”.

Gráfico 1 Cursos ofertados (segundo Cine Brasil) por modelo de organização institucional



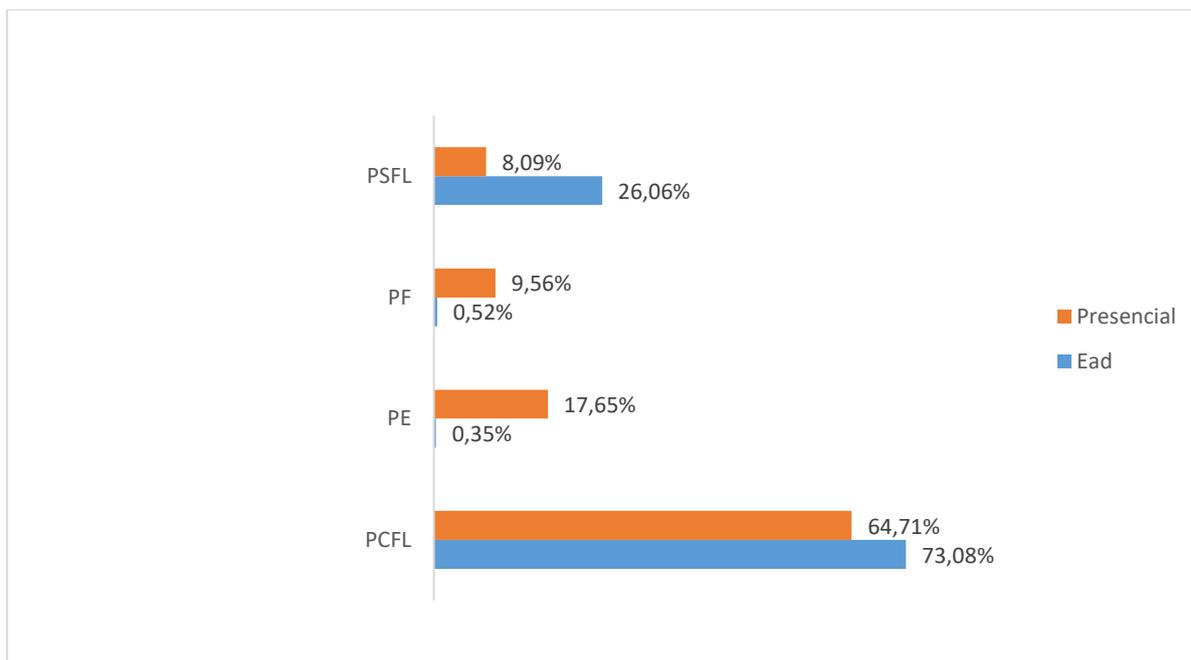
Fonte: E-Mec (consultado em maio de 2022)

É notório que no setor Privado com fins lucrativos as maiores ofertas de curso estão nos campos de ciências naturais, matemática, estatísticas e negócios, administração e direito, no setor Proado sem fins lucrativos o número de oferta é menor e tem as áreas mais concentradas, as maiores são educação, computação e tecnologia e o setor administrativo, já o meio público, o setor Público Estadual tem sua oferta concentrada em Educação e em Engenharia, Produção e Construção, e o setor Público Federal também concentra sua oferta em Educação e em Engenharia. Pode se observar que as áreas artísticas estão presentes somente nas administrações de âmbito privado.

Segundo Gonçalves Filho, Carniello e Araújo (2014, p.8), a concentração da oferta das IES públicas na área de educação ocorre porque os primeiros cursos de graduação foram

ofertados em 1979 pela Federação das Escolas Superiores de Imperatriz – UEEI, que seria anexada a UEMA e depois se tornaria a UEMASUL, ela foi criada com objetivo de formar professores para região sul do maranhão, já UFMA foi fundada na década de 80, por meio da política de expansão e interiorização da Universidade, com os cursos de direito e pedagogia.

Gráfico 2 – Perfil administrativo das IES



Fonte: E-Mec (consultado em maio de 2022)

Nesse segundo gráfico vemos a distribuição dos cursos ofertados agrupados pelos setores, segundo a modalidade da oferta dos cursos. O gráfico destaca a concentração dos cursos nos setores privados, especialmente na modalidade EAD (73,08% são ofertados por IES PFCL e 26,06% são ofertados por IES PSFL). A oferta de cursos na modalidade presencial também é liderada pelo setor privado, embora com uma vantagem menor pois, enquanto na modalidade EAD as IES públicas não chegam a 1% da oferta, na modalidade presencial alcançam pouco mais de 27% das vagas oferecidas.

Deve-se notar que isto está de acordo com o movimento mais geral das tendências dos sistemas de educação superior de aumento da participação das matrículas na modalidade EAD.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a diversidade das instituições pode ser percebida por vários fatores, nesse presente artigo foi levado em consideração as ofertas de cursos e modalidades, concluindo que as instituições privadas ofertam mais variedades de curso que as públicas, por causa da modalidade EAD, e o que diferencia as IES com fins lucrativos das IES sem fins lucrativos no setor privado são os números de cursos ofertados, pois as primeiras tem sido mais dinâmicas na expansão da oferta.

Entre as IES públicas notamos que a oferta estadual é concentrada no setor educacional, enquanto a oferta federal tem maior diversidade setorial na oferta, o que se compreende na medida em que a cidade tem unidade de um Instituto Federal do Maranhão, que concentra sua oferta no setor tecnológico e de engenharias.

No conjunto, podemos perceber que a oferta de cursos reflete a diversidade de modelos institucionais da educação superior e assume um volume que representa um fator de atração regional, especialmente quanto à oferta de cursos na modalidade presencial.

A este respeito, temos indicações de Moura e Souza (2022) de que a oferta da IES estadual tem conhecido uma transformação que amplia e modifica a função da cidade na atração de candidatos a seus cursos superiores presenciais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Sistema e-mec: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>.

CALEFFI, Paula; MATHIAS, Alexandre JL. **Universidade SA**. Editora FGV, 2017.

CHARLE. Chistophe; VERGER. Jacques. **História das Universidades**. Editora da Universidade Estadual Paulista. São Paulo: 1996.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais**. Medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930. Rio de Janeiro, Record, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. UNESP, 2007.



CUNHA, Luiz Antônio da. Ensino Superior e universidade no Brasil. **Lopes, EMT et al**, v. 500, n. 151-204, p. 15, 2000.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos/SP, EdUFSCar, 2011.

GONÇALVES FILHO, Francisco Alberto, CARNIELLO, Monica Franchi e ARAUJO, Elvira Aparecida Simões. **Educação Superior em Imperatriz: em busca da formação de um polo regional de ensino superior**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, 2014, Taubaté. ANAIS III CICTED / CIENCIAS HUMANAS, 2014

IBGE. Anuário Estatístico 95. Rio de Janeiro, IBGE,1996. Disponível em acesso em: < <https://cidades.ibge.gov>.> 17 de julho de 2022.

MORAES, Reginaldo C.; E SILVA, Maitá de Paula; DE CASTRO, Luiza Carnicero. **Modelos internacionais de educação superior: Estados Unidos, França e Alemanha**. Editora Unesp, 2017.

NOGUEIRA, Cláudia Romaneli. Imperatriz: de Vila à cidade comercial e ponto de apoio no desenvolvimento amazônico. **Espaço Aberto**, v. 3, n. 1, p. 129-154, 2013.

SAMPAIO, Helena. Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, p. 43-55, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

MOURA, Beatriz C. S; SOUZA, Emanuel P. **Efeito de Seletividade no Acesso ao Ensino Superior, Estudo de Caso**. Imperatriz: UEMASUL, 2022.

SOUSA, maria claudia lima; ARAUJO, elvira aparecida simoes. **Instituições de ensino superior e o desenvolvimento local em imperatriz–ma**.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro, FGV, 1989.

TUFFANI, Eduardo. Centenário da universidade brasileira: para a história da Universidade de Manaus (1909/1910-1926). **Soletras**, n. 17, p. 64-80, 2009.